

FEMININAS MAS NÃO FEMINISTAS: SENTIDOS EM DISPUTA NO DISCURSO DE MULHERES PARLAMENTARES DE DIREITA

***FEMININE BUT NOT FEMINIST: DISPUTE OF MEANING IN RIGHT-WING FEMALE
PARLAMENTARIANS DISCOURSE***

***FEMENINA PERO NO FEMINISTA: SENTIDOS EN DISPUTA EN EL DISCURSO DE MUJERES
PARLAMENTARIAS DE DERECHA***

Renata Ortiz Brandão*

Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Este artigo, desenvolvido à luz da análise de discurso materialista, em interface com o pensamento feminista anticapitalista, tem como objeto de análise o discurso de três mulheres parlamentares que integravam o Partido Social Liberal (PSL): Janaína Paschoal, Joice Hasselmann e Soraya Thronicke. Meu intuito é produzir uma reflexão sobre os modos de dizer sobre as mulheres por mulheres sujeitas no/ao capitalismo, bem como dar visibilidade às divisões e deslocamentos nos sentidos da palavra *mulher*. As análises mostram que a tomada da palavra pelas congressistas produz um efeito de oposição entre *femininas* e *feministas* que se inscreve em uma rede de sentidos filiada a uma posição-sujeito conservadora e neoliberal. A partir desta posição, o discurso significa as mulheres pelo funcionamento de um imaginário de universalidade, produzindo um apagamento das interseccionalidades e desconsiderando as relações entre gênero, raça e classe em políticas públicas e programas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Análise de Discurso Materialista. Divisão política dos sentidos. Posição-sujeito.

RESUMEN: Este artículo, desarrollado a la luz del análisis del discurso materialista, en interfaz con el pensamiento feminista anticapitalista, tiene como objeto de análisis el discurso de tres parlamentarias del Partido Social Liberal (PSL): Janaína Paschoal, Joice Hasselmann y Soraya Thronicke. Mi objetivo es reflexionar sobre las formas de decir sobre mujeres por mujeres sujetas al capitalismo, así como dar visibilidad a las divisiones y desplazamientos en los sentidos de la palabra *mujer*. Los análisis muestran que la toma de la palabra por parte de las congresistas produce un efecto de oposición entre *mujeres femininas* y *mujeres feministas* que se inscribe en una red de significados afiliados a una posición-sujeito conservadora y neoliberal. Desde esta posición, el discurso

* Doutoranda e Mestra em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP. E-mail: renata.o.brandao@gmail.com.

significa las mujeres por el funcionamiento de un imaginario de universalidad, produciendo un borrado de las interseccionalidades y desconsiderando las relaciones entre género, raza y clase en las políticas y programas sociales.

PALABRAS CLAVE: Mujer. Análisis del Discurso Materialista. División política de los sentidos. Posición sujeto.

ABSTRACT: This article, developed in the light of the materialist discourse analysis, in interface with the anti-capitalist feminist theory, has as its object of analysis the discourse of three female parliamentarians who were part of the Social Liberal Party: Janaína Paschoal, Joice Hasselmann and Soraya Thronicke. My aim is to reflect on the ways of saying about women by women subject to capitalism, as well as to give visibility to the divisions and displacements in the meaning of the word *woman*. The analyses show the discourse of these congresswomen produces an effect of opposition between *feminine women* and *feminist women*. This effect is inscribed in an affiliation of meaning produced from a conservative and neoliberal subject-position. From this position, the discourse signifies women by the functioning of an imaginary of universality, producing an obliteration of intersectionalities and disregarding the relations among gender, race and class regarding public policies and social programs.

KEY WORDS: Woman. Materialist Discourse Analysis. Political division of meaning. Subject-position.

1 INTRODUÇÃO

Nas eleições de 2018, houve um crescimento expressivo do Partido Social Liberal (PSL), que passou a representar a segunda maior bancada de deputados na Câmara, o que indicou uma maior aceitação do programa político¹ do partido por parte significativa da sociedade brasileira e um maior envolvimento do PSL e de seus congressistas na elaboração de leis e de políticas públicas a partir de 2019. Tal envolvimento afeta fundamentalmente os rumos da sociedade brasileira e, portanto, demanda de nós, pesquisadores, um olhar mais atento e analítico.

Para esta tarefa, tomo como objeto de análise o discurso de mulheres parlamentares que integravam o PSL, recortando a especificidade do dizer de três delas: Janaína Paschoal (J.P.), Joice Hasselmann (J.H.) e Soraya Thronicke (S.T.). Como material de análise para o *corpus* do trabalho^{2 3 4}, selecionei tanto entrevistas que as congressistas deram ao *site UOL Universa* e à revista *Marie Claire* quanto projetos de lei desenvolvidos e apresentados por elas à Câmara e/ou ao Senado.

A partir da Análise de Discurso, na linha de reflexão desenvolvida por Pêcheux na França e por Orlandi no Brasil, *discurso* é entendido não como “[...] uma transmissão de informações entre A e B”, mas sim como “um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”, sendo que “A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” e “[...] estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (PÊCHEUX, 2014, p. 81, grifos do autor). Por ser efeito de sentido, o discurso está sempre em movimento; é “um processo em curso” e, desse modo, uma das práticas que constitui “a sociedade na história” (ORLANDI, 2012, p. 71). Isso significa conceber as relações de sentido a partir de uma perspectiva sobre a linguagem sustentada no materialismo histórico, levando-se em conta a ideologia⁵ como constitutiva do sentido e dos sujeitos, a historicidade do dizer e a divisão política das línguas. Assim, conforme Pêcheux (1988, p. 82, grifos do autor), “‘[...] *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*’”.

¹ O PSL, partido pelo qual se elegeu Jair Bolsonaro em 2018, alinhado ao conservadorismo e ao neoliberalismo, apresentava, como principais pautas, a defesa da segurança pública e o apoio às polícias federal, militar e civil; a proteção da propriedade privada; a revogação do Estatuto do Desarmamento e a flexibilização do porte de armas pelos cidadãos; a defesa do Estado mínimo e o incentivo à livre iniciativa privada.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³ Este artigo é resultado de um trabalho apresentado para qualificação de área em Análise de Discurso sob a orientação da Profª. Dra. Isadora Machado, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

⁴ Agradeço especialmente aos membros da banca de qualificação do trabalho que gerou este artigo, a Profª. Dra. Débora Massmann (Universidade Federal do Alagoas) e o Prof. Dr. Rogério Modesto (Universidade Estadual de Santa Cruz), pela leitura atenciosa e pelas contribuições.

⁵ Segundo Althusser (1996, p. 131), “[...] não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela”; bem como “não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos”.

Meu interesse é refletir a respeito dos modos de dizer sobre as mulheres por mulheres, sujeitas no/ao capitalismo, e os efeitos de sentido produzidos no/pelo seu dizer. Especificamente, interessa-me lançar luz para o discurso produzido por mulheres de direita que ocupam cargos da governança pública na atualidade brasileira. Em 2018, Soraya Thronicke foi eleita senadora pelo estado do Mato Grosso do Sul e, posteriormente, escolhida pelo então presidente do partido, Luciano Bivar, para liderar o *PSL Mulher* – grupo que discutia pautas e propunha projetos alegadamente do interesse das mulheres da sociedade brasileira. Joice Hasselmann foi eleita deputada federal pelo estado de São Paulo – a segunda mais votada candidata ao cargo, com mais de 1 milhão de votos⁶. Janaína Paschoal foi eleita deputada estadual de São Paulo, sendo a candidata mais votada da história do Brasil⁷, com mais de 2 milhões de votos recebidos.

A motivação para este trabalho surgiu, portanto, a partir da conjuntura política após as eleições de 2018, que indicaram, por um lado, o crescimento do PSL, devido à expansão da popularidade de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores; por outro lado, nesse movimento, uma inclinação social mais evidente a valores políticos alinhados ao espectro da direita, isto é, ao neoliberalismo e ao conservadorismo.

Apesar do crescimento expressivo do partido, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, instaurou-se, em meados de outubro de 2019, uma crise⁸ dentro do PSL, relacionada ao controle do partido e de sua verba, resultando em uma fratura entre o presidente da República e o presidente do partido, o que, consequentemente, culminou na saída⁹ de Jair Bolsonaro do PSL. Como consequência desse racha, o PSL ficou enfraquecido e sofreu inúmeras derrotas¹⁰ nas eleições municipais de 2020¹¹.

Para este trabalho, interessa-me compreender os movimentos nos sentidos de *mulher* produzidos no e pelo discurso de mulheres parlamentares de direita, especificamente produzido na conjuntura política pós-eleições de 2018. Pelo movimento analítico de contraste e contraposição, as materialidades discursivas¹² são concebidas pelo primado da não homogeneidade, o que significa que a tomada da palavra se dá a partir de um litígio permanente, isto é, pelo conflito entre modos de dizer e pela disputa incessante de sentidos na história. Tal embate produz efeito sobre o real, isto é, sobre aquilo que faz sentido, sobre aquilo que pede para ser significado e nomeado, assim reconfigurando-o. Desse modo, minhas análises, ao lançarem luz para as divisões nos sentidos de *mulher*, se basearão em “[...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.” (ORLANDI, 2012, p. 59).

A ancoragem teórica da Análise de Discurso implica assumir que os sentidos são divididos e apresentam uma especificação determinada sócio-historicamente. É sempre em uma prática histórica e social que se dá a tomada da palavra, configurando disputas

⁶ Fonte: VEJA os 20 candidatos a deputado federal mais votados em SP. *GI*, São Paulo, 08 de outubro de 2018.

⁷ Fonte: JANAÍNA Paschoal é a deputada mais votada na história do país. *GI*, São Paulo, 07 de outubro de 2018.

⁸ Fonte: ENTENDA o racha entre Jair Bolsonaro e o PSL. *GI*, Caderno Política, 18 de outubro de 2019.

⁹ Fonte: BOLSONARO anuncia saída do PSL e criação de novo partido. *GI*, Caderno Política, 12 de novembro de 2019.

¹⁰ Dos 731 candidatos a prefeituras lançados pelo PSL, somente 90 se elegeram – nenhum deles nas 100 maiores cidades do país. Fonte: COSTA, R. Reatar com presidente ou se livrar dos bolsonaristas? PSL vive dilema após fracasso eleitoral. *Gazeta do Povo*, Brasília, 23 de novembro de 2020.

¹¹ Joice Hasselmann também perdeu sua influência e força política após a fratura do PSL e o rompimento com a ala bolsonarista. Nas eleições municipais de 2020, concorrendo para o cargo de prefeita da cidade de São Paulo, Hasselmann obteve cerca de 100 mil votos, o que representa apenas 1,84% dos votos válidos. Fontes: 1) PIRES, S. Eleita com mais de 1 milhão de votos há dois anos, Joice Hasselmann faz menos de 100 mil em 2020. *GZH*, Porto Alegre, 17 de novembro de 2020.; 2) COVAS e Boulos disputam 2º turno em São Paulo. *GI*, São Paulo, 15 de novembro de 2020.

¹² A partir da perspectiva da análise de discurso materialista, a linguagem verbal tem a sua materialidade. A língua se organiza pela *forma material*, que Orlandi (2007) distingue da forma empírica e da forma abstrata. A forma abstrata é tomada enquanto elemento de um sistema; a forma empírica corresponde ao resultado do processo de significação. A forma material é tomada no processo de inscrição da língua na história, no equívoco que faz significar: ou seja, ela é uma forma linguística-histórica significativa. Por sua vez, se a materialidade da ideologia é o discurso e a do discurso é o texto, no qual se integram as formas materiais da língua, assumo, com Orlandi (1996, p. 14), que “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”.

por “*modos e direitos de dizer* desigualmente distribuídos” (ZOPPI FONTANA, 2015, p. 273, grifos da autora), o que produz sentidos inscritos em relações dispare de dominância.

As relações de sentido se estabelecem, desse modo, a partir de relações de força, que determinam o dizível e o silenciado, isto é, as possibilidades de dizer e de não dizer. Interessa-me, a partir da análise das materialidades discursivas, mostrar as divisões nos sentidos de *mulher* produzidos no/pelo discurso de mulheres de direita que ocupam cargos na governança pública, bem como a posição-sujeito ou posições-sujeito a partir da(s) qual(is) esse discurso se produz, considerando, para isso, a formação, as características e a memória que essa(s) posição(ões) recorta(m) para produzir sentido.

Nas seções seguintes, examino, nas declarações das parlamentares, o embate entre os sentidos de *mulheres femininas* e *mulheres feministas* que, ao produzir um efeito de oposição, significa em relação a uma posição-sujeito alinhada ao conservadorismo e à meritocracia (seção 2). Analiso também os sentidos da palavra *mulher* em leis e políticas públicas elaboradas pelas congressistas que, a partir de um discurso neoliberal e universalizante, de um lado, apagam as divisões entre as mulheres na sociedade, por meio do funcionamento de um imaginário de homogeneização a respeito de suas demandas e urgências (seção 3); e, de outro lado, silenciam as violências e desigualdades de gênero, apresentadas no dizer como problemáticas da esfera privada, individual, e não como coletivas e sociais (seção 4). Por fim, à luz dos debates realizados por Davis (2016), Federici (2017) e Akotirene (2019), trago, nas conclusões, uma retomada das principais reflexões desenvolvidas ao longo do artigo, bem como um vislumbre de possíveis modos de enfrentamento ao discurso da direita e a seus efeitos sociais deletérios.

2 EMBATE ENTRE FEMININAS E FEMINISTAS

A partir do lugar da governança pública e, mais especificamente, do lugar de congressista mulher de direita, produz-se, como efeito de sentido do dizer, um embate entre o que se apresenta como da ordem da feminilidade e da ordem do movimento feminista, por meio de um efeito de oposição entre as formulações *mulheres femininas* e *mulheres feministas*.

As sequências discursivas abaixo são recortes de entrevistas dadas pelas congressistas Soraya Thronicke¹³, Joice Hasselmann¹⁴ e Janaína Paschoal¹⁵, tanto à página da internet *Uol Universa* quanto à revista *Marie Claire*. A noção de recorte no domínio dos estudos discursivos é apresentada por Orlandi (1984, p. 14): “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Orlandi (1984) aponta, ainda, que a seleção dos recortes varia conforme as condições de produção, bem como o objetivo e o alcance da análise. Não se trata, portanto, de mera segmentação, mas sim de um gesto analítico, de modo que a análise dos recortes que integram um texto encaminha para a interpretação desse texto (GUIMARÃES, 1987), o que permite observar o movimento dos sentidos que nele se produzem e o processo discursivo ao qual ele remete.

A palavra *mulher* significa, seja pelo silêncio, no recorte (1), seja em presença, no recorte (2), pelo efeito de oposição entre *feminino/feminina* e *feminismo/feminista*, bem como pelas marcas de primeira pessoa do plural, isto é, nos pronomes possessivos (*nossa, nossas*) e na conjugação verbal (*trazemos, somos*), em (1). Vejamos as sequências discursivas abaixo:

(1) Nossa pauta é conservadora. Trazemos valores como proteção à vida, somos contra o aborto, contra as drogas, a favor da moral, do patriotismo e da família. Feministas têm pauta pró-aborto e outras posições, diferentes das nossas. Outra coisa é o respeito à língua: não aceito ser chamada de presidenta. Sou presidente. Também acredito que temos

¹³ Fonte: BRANDALISE, C. Presidente do PSL Mulher: Bolsonaro é um doce, e feminista não diz obrigada. *Universa Uol*, 03 de junho de 2019.

¹⁴ Fontes: 1) BRANDALISE, C. “Feministas têm comportamento vexaminoso”, diz Joice Hasselmann. *Universa Uol*, 01 de novembro de 2018.; 2) CORTÊZ, N. Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. *Marie Claire*, 07 de dezembro de 2018.

¹⁵ Fontes: 1) SOUTO, L. “Estou chocada com o presidente”, diz Janaina Paschoal sobre Bolsonaro. *Universa Uol*, 25 de julho de 2019.; 2) CORTÊZ, N. Janaina Paschoal não descarta escrever um novo processo de impeachment. *Marie Claire*, 25 de março de 2019.

de nos unir, homens e mulheres; e feministas nunca elogiam ou agradecem a um homem. Eu sempre faço isso. Por isso digo que que nossas pautas são feminist... Perdão! Femininas. (S.T., 2019)¹⁶

(2) O feminismo tem uma pauta reducionista que alcança um tantinho de mulher. Critico a vitimização do feminismo, critico isso de mulher contra homem, homem contra mulher. É um saco. Compartimentar é um saco. Mulher não tem que ser maior do que homem. Ela tem que ser o que é. Se ela quer ser dona de casa, qual é o problema? E acho caricato isso de vai pra rua e mostra os peitos. Não representa o que a mulher quer. Se representasse você teria uma feminista eleita com a maior votação da história e não uma mulher de direita que respeita os espaços do homem e da mulher. Quero encabeçar o movimento feminino no Brasil. (J.H., 2019)¹⁷

O cotejo dos recortes dá visibilidade a uma divisão entre as mulheres ditas femininas e as mulheres ditas feministas. No recorte (1), tal divisão se constrói pelo funcionamento da primeira pessoa do plural, que produz um jogo de oposição entre *nós* e *elas*: as marcas do *nós*¹⁸ apontam para a presidente do *PSL Mulher*¹⁹, para as participantes do grupo e para aquelas que estão alinhadas aos valores e projetos do grupo, instaurando, nesse alinhamento, um outro ao qual se opõem: as feministas.

O litígio nos sentidos construídos para *mulher* funciona não só nas marcas gramaticais da primeira pessoa do plural, mas também na significação de *femininas* e *feministas*, em (1), e no efeito oposição entre *mulher* e *feminismo/feministas*, em (2). Ambos funcionamentos apontam para modos díspares de dizer da/sobre as mulheres na sociedade brasileira. As ditas “mulheres femininas”, em (1), são descritas como aquelas cujos valores são *conservadores: contra o aborto e contra as drogas; a favor da vida* (que não é a vida da mulher, em suas condições psicossociais, mas sim a manutenção da vida biológica do feto), da *moral* (judaico-cristã), do *patriotismo* e da *família* (heterossexual e binária). Há, desse modo, disputas não só sobre os sentidos de *mulher*, mas também sobre os sentidos de *vida*, *moral*, *família* e *patriotismo*, que, no entanto, apresentam-se no dizer por um efeito de fechamento interpretativo, isto é, como objetos de dizer inequívocos e evidentes.

Ao significar as mulheres como aquelas que *respeitam a língua*, produz-se, ainda, o sentido de que as “mulheres femininas” são normativas e conservadoras quanto às reivindicações de modificação no gênero das palavras. Defensoras, portanto, de uma suposta língua pura, o que reforça pautas reacionárias. As seguintes paráfrases mostram-se possíveis:

- a) Eu respeito a língua, mas não respeito o não-binarismo.
- b) A língua merece respeito, mas a demanda por uma língua não-binária não merece.
- c) A língua é respeitável e o não-binarismo não é.

O dizer da parlamentar constrói, desse modo, tanto uma projeção sobre as mulheres, quanto uma projeção sobre a língua, que desqualifica o não-binarismo, o que indica que a língua não apenas reflete, mas também estrutura opressões sociais, mais especificamente, opressões de gênero.

¹⁶ Fonte: BRANDALISE, C. Presidente do PSL Mulher: Bolsonaro é um doce, e feminista não diz obrigada. *Universa Uol*, 03 de junho de 2019.

¹⁷ Fonte: CORTÊZ, N. Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. *Marie Claire*, 07 de dezembro de 2018.

¹⁸ Segundo Benveniste (2005), a categoria de pessoa *eu* apresenta, como características, a unicidade e a subjetividade, o que torna impossível a sua pluralização. Nesse sentido, “*nós*” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’, seja qual for o conteúdo desse ‘não-eu’. Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: [...] só há ‘*nós*’ a partir de ‘eu’ e esse ‘eu’ sujeita o elemento ‘não-eu’ pela sua qualidade transcendente” (BENVENISTE, 2005, p. 256, grifos do autor). O linguista aponta, ainda, que o *nós* pode ser exclusivo (*eu + eles*) ou inclusivo (*eu + vocês*), concluindo que o *nós* se caracteriza por uma globalidade indistinta, uma amplificação do *eu*: “não é um ‘eu’ quantificado ou multiplicado, é um ‘eu’ dilatado além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos” (BENVENISTE, 2005, p. 258, grifos do autor).

¹⁹ Um questionamento possível a respeito da existência do *PSL Mulher* seria: por que um projeto político partidário antifeminista proporia uma frente exclusiva para mulheres? Em que falha da ideologia, em que brecha da demanda feminista se torna possível a instalação de uma pauta antifeminista dita “feminina”? Embora a análise específica da nomeação *PSL Mulher* não faça parte do escopo deste trabalho, tais questões são instigantes e, não passando despercebidas, irrompem no processo de análise.

Valores como o conservadorismo, a tradição, o nacionalismo exacerbado e a devoção à pátria são característicos de regimes autoritários e estiveram fortemente presentes nas experiências totalitárias do fascismo e do nazismo que o século XX testemunhou. Segundo Trindade (1981), nos anos 30, no Brasil, tais valores autoritários eram lema da Ação Integralista Brasileira (AIB) que, inspirada no fascismo italiano e liderada por Plínio Salgado, político conservador brasileiro, foi a primeira organização de massa do país, incluídos aí setores da classe trabalhadora e as classes médias. Desse modo, o retorno desses valores no discurso de parlamentares de direita mostra que a tomada da palavra, na dispersão e na divisão do sujeito que fala, se dá a partir do interdiscurso, da memória discursiva, inscrevendo-se na filiação tanto dos sentidos produzidos pelo fascismo quanto a uma posição-sujeito conservadora de direita.

Os sentidos de *feminino/feminilidade* comparecem também na materialidade discursiva dos projetos de lei elaborados pelas congressistas, afetando, por sua vez, os sentidos construídos para *mulher* e determinando seus modos de ser e estar na sociedade, bem como instaurando divisões que se caracterizam pela dominância de um grupo e pela exclusão de outros. Vejamos abaixo a sequência (i), um recorte do Projeto de Lei nº 912/2019²⁰, proposto pela deputada estadual Janaina Paschoal e que legisla sobre o direito a acompanhante no pós-operatório de mastectomia:

(i) Para além dos efeitos físicos, é patente e de conhecimento geral que as consequências emocionais causadas pela mastectomia são imensuráveis, em especial para as mulheres, que são as principais vítimas do câncer de mama. Com efeito, a mulher, em um primeiro momento, passa pelo choque e pela dor emocional de saber que está com câncer. Em um segundo momento, quando recebe parecer médico contrário a tratamentos menos invasivos, a mulher passa pela difícil decisão de proceder à retirada total da mama. Submetida à mastectomia, a mulher, na maior parte das vezes, é tomada por inúmeras alterações psíquicas, como diminuição da autoestima, alteração da autoimagem e comprometimento da sexualidade. Isso porque a mama representa, para a grande maioria das mulheres, um símbolo da feminilidade, de modo que sua retirada acarreta o medo de não mais ser aceita por seu parceiro. (PL 912/2019, de J. P.)

Um documento, formulado a partir de um aparelho (ideológico) de Estado²¹, tal como compreendido por Althusser (1966), é sempre político²², isto é, constituído pela contradição, de modo que o processo de produção de sentidos que o constitui ocorre ancorado em uma posição ideológica. Nessa mesma direção, Pêcheux (1988, p. 132, grifos do autor) afirma que “a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe”.

A sequência discursiva acima produz uma especificação para os sentidos de *mulher*, significando-a por um viés biológico e universalizante: as mulheres seriam apenas aquelas que têm mamas; estas, por sua vez, são definidas no dizer como *um símbolo da feminilidade*, responsáveis mesmo por sua *autoestima*. Ao produzir sentidos a partir do funcionamento de um imaginário em que a mulher se define biologicamente e por sua heterossexualidade (“medo de não mais ser aceita por seu parceiro”), produz-se, também,

²⁰ SÃO PAULO. Projeto de Lei nº 912/2019, de 15 de agosto de 2019. Garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos à mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Estado. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019.

²¹ O *Aparelho de Estado* (AE) é, para Althusser (1996), o próprio Estado enquanto “força de execução e intervenção repressoras, ‘a serviço das classes dominantes’, na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado” (p. 111, grifos do autor). O AE contém o governo, o exército, a polícia, os tribunais etc., e, por funcionar pela violência, é um aparelho repressivo – repressão esta que pode se dar tanto física quanto administrativamente. Já os *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIEs) se apresentam “sob a forma de instituições distintas e especializadas” (p. 114) – igrejas, escolas, partidos, jornais – e funcionam pela ideologia. Mais especificamente, é a ideologia da classe dominante, isto é, daquela que detém o poder estatal (o *Aparelho [Repressivo] do Estado*), que se realiza nos AIEs, assegurando, desse modo, “a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração” e, portanto, a opressão das classes sociais dominadas (ALTHUSSER, 1996, p. 121). A partir de tal conceituação, Althusser (1996, p. 129) elabora a sua tese de que a ideologia tem uma existência material, uma vez que ela “existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas.”

²² O *político*, em uma posição materialista sobre a linguagem, não está restrito às relações de governança pública; ele “diz respeito às práticas sociais em geral, nas quais a linguagem é fundamental” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p. 44-45) e, por isso, é característico de todo dizer. Pensar o político na linguagem é tomá-lo como base e fundamento das próprias relações sociais. Desse modo, compreendo o político, conforme Orlandi (1998, p. 74), como a contradição constitutiva dos processos de produção de sentidos: “o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história”.

um apagamento dos sujeitos transgêneros que podem vir a ser submetidos a tal procedimento cirúrgico, mas que não são contemplados na justificativa do projeto. Embora o artigo primeiro do PL nº 912/2019 se refira a *pacientes*²³, o alvo da lei são mulheres, significadas, em um discurso cisheteronormativo, a partir de uma posição-sujeito conservadora de direita, apenas por aspectos biológicos e pela orientação heterossexual.

Nessa direção, destaco o seguinte enunciado da sequência discursiva (2), acima: “Mulher não tem que ser maior do que homem. Ela tem que ser o que é. Se ela quer ser dona de casa, qual é o problema?”. A defesa de uma suposta essência feminina se apresenta, por um efeito de totalidade, como uma evidência: ser aquilo que se é. Destaque para a exemplificação – ser *dona de casa* – que inscreve o discurso de mulheres parlamentares de direita na filiação dos sentidos do conservadorismo e da tradição, rememorando (e também comemorando) os valores da família cisheteronormativa e do patriarcado. Este movimento dos sentidos comparece no dizer produzindo um imaginário de feminilidade que se apresenta por um efeito de universalidade: toda mulher é (ou almeja ser) mãe e responsável por cuidar da casa e da família.

Tal funcionamento discursivo silencia aquilo que é flagrante na obra de Federici (2017): a discriminação contra mulheres na sociedade como uma consequência da acumulação primitiva do capital. A reflexão da autora aponta que a origem do papel da *dona de casa* está intrinsicamente relacionada ao processo de formação do capitalismo, no qual as mulheres foram invisibilizadas e socialmente relegadas ao serviço doméstico, isto é, à geração de trabalhadores e à regeneração da capacidade do trabalho – ter filhos e cuidar desses filhos para que se insiram, posteriormente, no mercado de trabalho. Nessa mesma direção, Davis (2016) analisa o surgimento da *dona de casa*, apontando-a como um símbolo das classes médias e da burguesia. Segundo ela, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos de feminilidade para as mulheres brancas, o que levou à desigualdade de gênero no trabalho, alienando mulheres desse lugar social e tornando-o majoritariamente masculino.

A afirmação de que a mulher deve *ser o que é*, bem como a exemplificação do papel e do lugar social da mulher como *dona de casa* produzem, desse modo, a atualização de uma região tal da memória discursiva que inscreve o dizer das congressistas em uma rede de sentidos na qual a condição das mulheres significa a partir de sua alienação do mercado de trabalho e de sua desvalorização na sociedade.

As “mulheres feministas”, por sua vez, significam, nas sequências discursivas (1) e (2), acima, como grosseiras, como aquelas a quem falta polidez. Sua atuação social é depreciada ao ser associada ao alegado fato de não elogiarem nem dizerem “obrigada”. Nessa mesma direção, *feminismo* é significado como um movimento cuja pauta é *reducionista* e *vitimista* a respeito da condição das mulheres na sociedade, promovendo confrontos entre homens e mulheres, e manifestações em que as mulheres somente *mostram os peitos* nas ruas.

Os sentidos de *feministas/feminismo* se constroem como opostos aos sentidos de *femininas/feminino*. A predicação de *feministas* como *pró-aborto*, em (1), por exemplo, confirma essa oposição, reduzindo a pluralidade dos movimentos feministas e, assim, produzindo sobre o par *feministas/feminismo* um efeito de sentido de homogeneização. As “mulheres feministas” significam, desse modo, como contrárias aos valores defendidos pelas congressistas de direita, isto é, contrárias à (manutenção da) vida (biológica do feto), à família (cisheteronormativa) e ao patriotismo.

Está posto um litígio entre o que se constrói como da ordem do *feminino* e da ordem do *feminismo*: o dizer orienta para os sentidos de que há uma divisão entre essas duas ordens, que apresentam princípios e causas divergentes – apesar do intrigante lapso, cometido pela senadora Soraya Thronicke (recorte (1)), ao trocar a palavra *femininas* por *feministas*. Há, assim, um hiato entre o que

²³ “Artigo 1º - Fica assegurado, em todos os hospitais ou estabelecimentos de atendimento à saúde, da rede pública ou privada do Estado de São Paulo, o **direito a acompanhante aos pacientes submetidos a mastectomia**, durante todo o período de internação no pós-operatório.” (SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 912/2019, de 15 de agosto de 2019*. Garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos à mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Estado. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019, grifos meus).

se pretendia enunciar e as palavras proferidas pela congressista, frustrando o ato²⁴ e, ao mesmo tempo, apontando para a contradição como constitutiva do dizer. Há, segundo Courtine (2014), uma contradição motriz que afeta constitutivamente qualquer material de análise, uma vez que os enunciados são sempre divididos, sempre perseguidos por seu outro. Em outras palavras, as materialidades discursivas “se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra” (LAGAZZI, 2009, p. 69). Não há, desse modo, homogeneidade no discurso, mas sim uma sobredeterminação de alteridades e um funcionamento de não-saturação na interpretação.

O significante *feminista*, já estabelecido e sedimentado na memória discursiva, irrompe no fio do dizer daquele que se apresenta como seu outro e que tenta lhe fazer oposição. Aqui, o ritual da ideologia tropeça e deixa ver que a ideologia dominada afeta a ideologia dominante. O lapso cometido pela senadora indica que o dizer é afetado pela alteridade, por sentidos outros que o perseguem. Segundo Orlandi (2012, p. 79, grifos da autora), “o processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao desliz, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui” – e que resiste.

É, portanto, a divisão dos sentidos de *mulher* que constitui o dizer das parlamentares. Neste litígio, há uma dominância das “mulheres femininas”, uma vez que as “mulheres feministas” não encontram representatividade nas pautas defendidas pelas congressistas de direita, que não incluem seus interesses. O feminismo, em sua heterogeneidade e multiplicidade de pautas, lutas e demandas, é, desse modo, negado no discurso de mulheres congressistas de direita. No entanto, não se trata de uma oposição estanque: há lugar também para nuances e deslocamentos. Vejamos o recorte (3):

(3) As pessoas têm um conceito de feminismo que é distorcido. Fiz uma entrevista recentemente junto com a Joice [Hasselmann], e a jornalista perguntou se éramos feministas. Eu disse sim e a Joice ficou brava. “Você não é, você não é”, ela falava. Expliquei: “Joice, eu sou, porque feminismo não tem nada a ver com esse estereótipo de querer fazer aborto, de tirar a roupa numa manifestação”. Houve uma captura do termo feminista. O que é ser feminista? É você entender que a mulher tem que ocupar os espaços que merece ocupar, que ela não tem que se submeter a uma situação de subalterna por ser mulher. Isso não significa que ela tenha que ser agressiva, que não possa casar e querer filhos, que não possa querer uma vida familiar. (J.P., 2019)²⁵

As palavras *feminismo* e *feminista* igualmente concentram disputas de sentido. Se, no dizer das congressistas Soraya Thronicke e Joice Hasselmann, comparece a aversão a tais nomes para falarem tanto de si quanto da luta da/pelas mulheres na sociedade, Janaína Paschoal é a única que se identifica como “feminista”. Nesse ponto, estabelece-se um litígio entre o que se apresenta, na sequência discursiva (3), como, por um lado, o *feminismo distorcido, estereotipado, capturado*, isto é, o feminismo rejeitado e condenado pelas congressistas por, supostamente, defender o aborto, a nudez, a agressividade; e, por outro lado, o feminismo reivindicado por Janaína Paschoal, caracterizado por mulheres merecedoras de sua posição social, novamente exemplificada pelo viés familiar, isto é, pela mulher que assume o papel de mãe e de esposa.

Destaco do recorte (3) um enunciado em particular que significa o que é ser *feminista*: “É você entender que a mulher tem que ocupar os espaços que *merece* ocupar” (grifo meu). Produz-se, no dizer, sentidos de responsabilização da própria mulher pelo lugar social por ela ocupado, o que, por sua vez, coloca a questão da condição das mulheres na sociedade como da ordem do individual. Ecoa aí o discurso da meritocracia, que se inscreve em uma rede de sentidos filiados ao neoliberalismo: para ocupar seu espaço na sociedade, é preciso que a mulher o mereça, e o merecimento vem do esforço individual.

Essa rede de sentidos, filiada à meritocracia e ao neoliberalismo, silencia o processo histórico e econômico que constituiu as desigualdades de gênero e a estrutura patriarcal da sociedade. Federici (2017) apresenta a estreita ligação entre a formação do capitalismo e a discriminação e invisibilização das mulheres na sociedade. Analisando a Europa pré-capitalista a partir de uma concepção marxista, a filósofa aponta que a acumulação primitiva de capital destruiu as relações coletivas entre mulheres e seus

²⁴ Segundo Zizek (2015, p. 74), “o inconsciente intervém quando alguma coisa ‘manca’ na ordem da causalidade que engloba nossas atividades cotidianas: um ato falho introduz uma hiância na conexão entre a intenção-de-significar e as palavras, um lapso frustra meu ato...”.

²⁵ Fonte: CORTÊZ, N. Janaina Paschoal não descarta escrever um novo processo de impeachment. *Marie Claire*, 25 de março de 2019.

sistemas de conhecimento, que iam desde a produção de bens de consumo para a própria família e para a comunidade local ao domínio de métodos contraceptivos e abortivos, e que “havia sido a base do poder das mulheres [...], assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo” (FEDERICI, 2017, p. 205). Como consequência direta dessa destruição, Federici aponta que, no final do século XVII, começa a surgir “um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras” (FEDERICI, 2017, p. 205).

Nesse movimento, uma crítica contundente às normatividades que têm organizado a sociedade ao longo da história, bem como a demanda dos movimentos feministas por políticas públicas que enfrentem as desigualdades de gênero, na sua relação com classe e raça, significam como *vitimização*, sentido já presente no recorte (2) e também em (4), abaixo:

(4) Acho importante a mulher ter protagonismo sobre o que faz. É muito comum ela se conformar com os bastidores. E acho que é culpa dela [*risos*]. Sou uma feminista rígida com a mulher. [...] Não gosto de feminismo vitimista. “Ah, fizeram isso comigo porque eu sou mulher.” Então, minha filha, vamos brigar! Porque é muito prático ficar protegida nos bastidores. É difícil estar no front. Você é acusada, toma pancada, é criticada. (J.P., 2019)²⁶

Ao se identificar como uma *feminista rígida com a mulher*, diferenciando-se de um suposto *feminismo vitimista*, o dizer das parlamentares de direita, na/pela materialidade discursiva, produz, como efeito de sentido, a culpabilização da mulher por sua situação submissa, posto que se apresenta como uma escolha prática e segura da mulher a de *se conformar e ficar nos bastidores*, ou seja, de não brigar. Esta relação de sentido se produz em contradição ao feminismo reivindicado por Janaina Paschoal, no qual as mulheres não são agressivas (recorte (3)). *Feminista* significa a partir dessa tensão entre os sentidos de luta e agressividade, estabelecendo-se, assim, um litígio no dizer: a luta levaria, supostamente, ao protagonismo das mulheres, enquanto que a agressividade seria, por sua vez, uma característica do *feminismo distorcido, estereotipado, capturado*.

No discurso das parlamentares, as mulheres são significadas, portanto, como responsáveis, ou mesmo culpadas, pela escolha do papel social que assumem. Esse movimento dos sentidos silencia tanto as desigualdades de gênero como consequência da estrutura machista da sociedade e do modo como o sistema econômico capitalista se constituiu, quanto a legitimidade dos movimentos feministas e de suas ações e reivindicações por políticas públicas efetivas.

3 MULHERES NA(S) POLÍTICA(S)

Akotirene (2019), discutindo o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade nas teorias feministas, argumenta pela necessidade de considerar as encruzilhadas de raça, gênero e classe na elaboração de políticas públicas, uma vez que as “[...] iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas” (AKOTIRENE, 2019, p. 28). Neste ponto, a pesquisadora brasileira aponta que “gênero inscreve o corpo racializado” (AKOTIRENE, 2019, p. 28), assinalando a importância de “[...] pensar os aspectos raciais da discriminação de gênero, sem perder de vista os aspectos de gênero da discriminação racial” (AKOTIRENE, 2019, p. 55). Desse modo, para ela, é decisivo articular clivagens identitárias para assim superar as cisheteronormatividades e o patriarcado, bem como para combater a concepção da mulher universal, que tem orientado diversas (neco)políticas públicas no Brasil e no mundo: “O pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 45).

A elaboração de leis e de políticas públicas específicas para mulheres, com suas diferentes demandas, necessidades e interesses, que se articulam tanto pelas encruzilhadas de raça e classe quanto pelas clivagens identitárias, bem como a questão da representatividade das mulheres por meio de sua participação em cargos da governança pública são, portanto, temas prementes e fundamentais tanto para o debate público quanto para a construção de uma sociedade equitativa.

²⁶ Fonte: CORTÊZ, N. Janaina Paschoal não descarta escrever um novo processo de impeachment. *Marie Claire*, 25 de março de 2019.

Questionadas a respeito desses temas nas entrevistas realizadas pelo portal *Uol Universa* e pela revista *Marie Claire*, as congressistas Janaína Paschoal, Joice Hasselmann e Soraya Thronicke se mostram reticentes e mesmo contrárias à ideia, pois afirmam querer propor projetos sobre outros temas. As congressistas dizem querer legislar *para todos*, para uma suposta coletividade homogênea, a *nação* – significada, nesse movimento, por um imaginário de unidade que silencia o fato de que a nação é sempre produto de uma construção discursiva e da discursividade, não existindo senão como efeito de sentido. Não há, desse modo, no dizer das congressistas, interesse em voltar o olhar para os grupos sociais que estejam nas intersecções, nomeados por elas de *segmentos* e *guetos*:

(5) Não gosto dessa coisa de propor projeto segmentado. Fui eleita por brasileiros de São Paulo; meus projetos são de nação. (J.H., 2018)²⁷

(6) Eu não tenho projeto de lei para mulheres. Os projetos tem que ser de nação, não podem ser segmentados. A legislação é para todo mundo, não vou trabalhar para guetos. (J.H., 2019)²⁸

(7) [...] por que uma candidata mulher não pode ser olhada como uma candidata, pura e simplesmente? Isso me irrita. Então não posso opinar em temas que não têm nada a ver com mulher? Por que tenho que ter propostas só para as mulheres? [...] Por que que as pessoas me perguntam o que vou fazer pelas mulheres? Você senta com um político ou com um estudioso e pergunta “o que você vai fazer pelos homens”? (J.P., 2019)²⁹

Ao mesmo tempo, apesar do que é afirmado nas entrevistas, produz-se uma contradição no dizer: as mesmas congressistas tanto propõem programas que visam uma maior participação de mulheres em cargos públicos quanto elaboram projetos de lei cujo escopo contempla aspectos específicos da vida das mulheres na sociedade, como o Programa Mulher Senadora³⁰ (Projeto de Resolução do Senado nº 80, de 2019), de Soraya Thronicke; a medida protetiva para vítimas de violência doméstica (Projeto de Lei nº 11/2019)³¹, proposta por Joice Hasselmann; o direito à acompanhante no pós-operatório da mastectomia (Projeto de Lei nº 912/2019), mencionado acima, o ensino de luta corporal nas escolas para alunas (Projeto de Lei nº 643/2019)³², e a garantia de que a gestante possa optar pela cesárea (Projeto de Lei nº 435/2019)³³, elaborados por Janaína Paschoal.

Esse movimento faz ver as brechas no discurso da direita, isto é, as falhas no ritual da ideologia. Trata-se, segundo Pêcheux (1988), do impossível do assujeitamento pleno e perfeito, que não acontece, portanto, sem rachaduras na interpelação. Ao proporem projetos de lei e políticas públicas que visam mulheres – e, não esqueçamos, ao inaugurarem um grupo, dentro do partido, intitulado

²⁷ Fonte: BRANDALISE, C. “Feministas têm comportamento vexaminoso”, diz Joice Hasselmann. *Universa Uol*, 01 de novembro de 2018.

²⁸ Fonte: CORTÊZ, N. Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. *Marie Claire*, 07 de dezembro de 2018.

²⁹ Fonte: CORTÊZ, N. Janaina Paschoal não descarta escrever um novo processo de impeachment. *Marie Claire*, 25 de março de 2019.

³⁰ “Parágrafo único. O programa é destinado a proporcionar às mulheres conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo brasileiro, bem como a estimular relacionamento permanente da cidadã com o Senado Federal.” (BRASIL. *Projeto de Resolução do Senado nº 80, de 2019*. Cria o Programa Mulher Senadora no âmbito do Senado Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2019.).

³¹ “Art. 1º Esta lei dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica ter o seu pedido de medida protetiva concedido pela autoridade policial”, sem precisar esperar pela concessão de um juiz. (BRASIL. *Projeto de Lei nº 11, de 08 de fevereiro de 2019*. Dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica ter o seu pedido de medida protetiva concedido pela autoridade policial. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019.).

³² “Artigo 1º – Com o fim de propiciar às mulheres condições para se defenderem de toda forma de violência, uma das aulas semanais de Educação Física será destinada ao ensino de alguma modalidade de luta corporal às alunas, tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio.” (SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 643/2019, de 15 de maio de 2019*. Determina que uma das aulas semanais de Educação Física seja destinada ao ensino de alguma modalidade de luta corporal às alunas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019.).

³³ “Garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. Artigo 1º - A parturiente tem direito à cesariana eletiva, devendo ser respeitada em sua autonomia. § 1º - A cesariana eletiva só será realizada a partir de 39 (trinta e nove) semanas de gestação, após ter a parturiente sido conscientizada e informada acerca dos benefícios do parto normal e riscos de sucessivas cesarianas. § 2º - Na eventualidade de a opção da parturiente pela cesariana não ser observada, ficará o médico obrigado a registrar as razões em prontuário.” (SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 435/2019, de 10 de abril de 2019*. Garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019.).

PSL Mulher –, as parlamentares estão respondendo, de algum modo, a pautas feministas, o que indica um processo de afetação da ideologia dominante pela ideologia dominada. No entanto, a saída proposta pelas congressistas para a problemática das opressões de gênero é sempre pela via do neoliberalismo:

(8) Quero trabalhar com as mulheres porque foram sempre meio que relegadas nesse meio. Especialmente as que entraram por causa de um sobrenome e não porque queriam. Mas veja, ficamos à margem da política porque quisemos. Mulherada diz que política é um lugar muito sujo – e é realmente. A gente precisa entrar para limpar. (J.H., 2019)³⁴

Meio que relegadas é a formulação que predica o significante *mulheres* na sua relação com a política. A locução adverbial *meio que* minimiza a intensidade da exclusão de mulheres dos cargos na governança pública, minorando a importância social do fato e descreditando-o como uma realidade a ser enfrentada, como uma problemática desencadeada pela própria estrutura da sociedade. O que segue confirma: “ficamos à margem da política *porque quisemos*” (grifos meus). É o sujeito senhor de si, o indivíduo, que comparece no dizer: as mulheres são responsabilizadas por sua condição de banimento dos meios políticos, situação esta que significa como resultado de seu próprio querer, de uma suposta vontade individual.

Este modo de significar as mulheres se produz a partir de uma posição-sujeito tal que insiste em retornar no discurso: uma posição-sujeito neoliberal, que se apoia na meritocracia como resposta e solução para toda e qualquer desigualdade social, e conservadora de direita, que rememora e atualiza sentidos tais que significam as mulheres como confinadas aos serviços domésticos, sujeitas ao mesmo papel social, não importando o lugar em que estejam: “Mulherada diz que política é um lugar muito sujo – e é realmente. A gente precisa entrar para limpar” (recorte (8), grifos meus), o que poderia ser parafraseado por:

- a) O papel das mulheres é limpar a sujeira.
- b) As mulheres devem limpar a sujeira produzida pelos homens.
- c) O papel das mulheres na política é fazer uma limpeza do lugar.

O discurso conservador e machista da direita significa as mulheres, portanto, como serviçais, como responsáveis por organizar o caos gerado pelos homens.

A sequência discursiva (9) apresenta as prioridades do grupo *PSL Mulher*, que atuará, em parceria com o Instituto de Inovação e Governança (Indigo), em um projeto de capacitação de mulheres para a política:

(9) Vou trabalhar em parceria com o Indigo (Instituto de Inovação e Governança, criado pelo PSL) para capacitar mulheres para a política. Essa é a prioridade. Vamos organizar palestras de autoajuda nos 27 estados brasileiros e ensinar não só questões econômicas e políticas, mas também levantar a autoestima delas. Muitas não entram nesse meio porque acham que não conseguem. Queremos inspirá-las com nossos casos: 90% das mulheres do PSL estão no primeiro mandato. Queremos ter 40% de participação feminina no partido e ultrapassar a obrigatoriedade legal, que é de 30%. Haverá a luta na proteção da mulher, mas essa é uma bandeira óbvia. Quero trazer coisas diferentes. Violência doméstica, feminicídio, são pautas de todo dia. (S.T., 2019)³⁵

É na enumeração dos objetivos deste projeto que o dizer produz sentidos para a palavra *mulher*: capacitá-las para a atuação política significa proporcionar *palestras de autoajuda* para elevar sua *autoestima* e *inspirá-las*. Produz-se, como efeito de sentido, que a participação minoritária de mulheres no Congresso Nacional é mera consequência de baixa autoestima e falta de inspiração e, desse modo, novamente, algo da ordem das responsabilidades individuais, o que produz um apagamento dos processos históricos que estabeleceram as desigualdades de gênero e a condição de opressão de mulheres pela sociedade sexista e patriarcal.

³⁴ Fonte: CORTÊZ, N. Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. *Marie Claire*, 07 de dezembro de 2018.

³⁵ Fonte: BRANDALISE, C. Presidente do PSL Mulher: Bolsonaro é um doce, e feminista não diz obrigada. *Universa Uol*, 03 de junho de 2019.

Nesse movimento dos sentidos, o dizer se produz a partir de uma região tal do interdiscurso que, ao atualizar uma memória, retoma o discurso meritocrático e inscreve-o no nível da formulação, da atualidade, do fio do dizer, de modo a apresentá-lo como argumento para a baixa representatividade de mulheres na política. Os sentidos de *mulher* filiam-se, desse modo, ao discurso neoliberal que, ao significá-la enquanto sujeito universal, apaga as divisões constitutivas das/entre as mulheres na sociedade e suas diferentes pautas, demandas e urgências, produzindo um imaginário de homogeneização.

Akotirene (2019) expõe as necropolíticas engendradas pelo poder público que, ao significarem as mulheres como sujeitos universais, desconsideram as encruzilhadas interseccionais, tais como raça, classe e gênero. Segundo a pesquisadora, é fundamental considerar a interseccionalidade para a análise das condições estruturais que atravessam os sujeitos: “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial da qual saem” (AKOTIRENE, 2019, p. 37-38).

Produz-se, ao mesmo tempo, no discurso de mulheres parlamentares de direita, um apagamento da urgência e da atualidade³⁶ da luta contra o feminicídio, mitigada em sua importância pelo operador “mas”, que inverte a orientação do dizer no seguinte enunciado: “Haverá a luta na proteção da mulher, *mas* essa é uma bandeira óbvia” (recorte (9), grifo meu). A luta contra as violências de gênero, minorada no/pelo dizer, significa como uma *bandeira óbvia*, uma *pauta de todo dia*.

No lugar da luta contra o feminicídio, fica uma proposta de alegada inovação que é, contudo, indefinida: *quero trazer coisas diferentes*. Não há explicitação no dizer sobre o que seriam essas “coisas diferentes”; no entanto, sobre elas incide um efeito de evidência pela falta de especificidade: o efeito de que “todos sabem do que eu estou falando aqui”. As propostas do *PSL Mulher* ficam diluídas na vaguidade e na indefinição, minimizando e desvalorizando, por conseguinte, a pauta da luta contra a violência de gênero.

4 DEFESA PESSOAL: A GRANDE SOLUÇÃO?

Mesmo minorando a gravidade da violência de gênero e da estrutura sexista da sociedade, comparece no dizer das congressistas de direita um modo específico para se solucionar este problema: a defesa pessoal.

(10) Sei me defender de um estupro. Krav magá. Com um movimento apenas, derrubo qualquer homem de qualquer tamanho que tente encostar em mim. (J.H., 2019)³⁷

Em uma situação de violência, no caso de estupro, a parlamentar alega saber fazer movimentos de Krav magá³⁸ que a defenderiam e derrubariam *qualquer homem de qualquer tamanho*. Produz-se, como efeito de sentido, que as mulheres só são estupradas porque não sabem se defender. Desse modo, a luta contra o machismo e suas violências significa como uma luta de responsabilidade das mulheres. Não se trata, portanto, de uma questão social, pública e coletiva: o discurso das parlamentares de direita significa as violências de gênero e o sexismo como desafios da ordem da individualidade, do privado, que devem ser enfrentados por cada uma das mulheres, com os recursos que cada uma tiver ao seu alcance.

O recurso mais incentivado pelas parlamentares é a defesa pessoal por meio de uma prática física, isto é, pela luta, pelo corpo a corpo – sentidos que se materializam nos documentos legais e que vão, desse modo, constituindo as (necro)políticas públicas, entre elas, o PL nº 643/2019, que determina o ensino de luta corporal às alunas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio:

³⁶ Segundo reportagem do G1 e da GloboNews de abril de 2019, os casos de feminicídio aumentaram 76% no 1º trimestre de 2019 em São Paulo, o que aponta para a necessidade, dentre outras ações, de debate consistente na sociedade sobre a violência doméstica e seus efeitos deletérios. Fonte: ACAYABA, C.; ARCOVERDE, L. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. *G1 SP e GloboNews*, São Paulo, 29 de abril de 2019.

³⁷ Fonte: CORTÊZ, N. Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. *Marie Claire*, 07 de dezembro de 2018.

³⁸ Prática de defesa pessoal desenvolvida em Israel nos anos 1940.

(ii) Artigo 1º – Com o fim de propiciar às mulheres condições para se defenderem de toda forma de violência, uma das aulas semanais de Educação Física será destinada ao ensino de alguma modalidade de luta corporal às alunas, tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio. [...] Jocelyn Hollander, pesquisadora norte-americana que há muito se dedica à temática, já asseverou em diversas oportunidades que o conhecimento de técnicas de defesa pessoal melhora a qualidade de vida das mulheres em várias searas. Além de elevar sua autoestima e confiança, aumenta suas habilidades para reconhecer comportamentos ameaçadores e incrementa sua competência física, tudo contribuindo para que elas não só consigam resistir a ataques, mas também possam reduzir o princípio de agressões feitas a elas. Em outras palavras, mulheres que foram treinadas em técnicas de defesa pessoal são aptas a evitar a ocorrência de violências antes mesmo que elas sejam iniciadas (HOLLANDER, Jocelyn A. “The importance of self-defense training for sexual violence prevention”. In: *Feminism & Psychology*, vol. 26, nº 02, 2016, pp. 210/211). [...] para além das necessárias soluções de longo prazo, que procuram enfrentar os problemas estruturais da sociedade, é imperativo que haja a adoção de estratégias que possam ser prontamente implementadas e que tragam resultados imediatos no sentido de diminuir os índices de violência contra as mulheres – e, nesse ponto, a aquisição de conhecimentos de técnicas de defesa pessoal tem se revelado a medida mais efetiva (HOLLANDER, Jocelyn A. “The importance of self-defense training for sexual violence prevention”. In: *Feminism & Psychology*, vol. 26, nº 02, 2016, p. 219). [...] Não importa se JUDÔ, KARATE, KRAV MAGÁ, TAEKWONDO, JIU JITSU, KUNG FU, MUAY THAI, dentre tantas outras modalidades de luta e defesa pessoal, o que interessa é preparar mulheres para cuidarem de si, sem depender de ninguém, nem mesmo do Estado. [...] Imperioso reconhecer, ainda, que este Projeto de Lei não guarda relação apenas com a temática Educação, mas também (e talvez principalmente) com a da Segurança Pública, pois seu objetivo é justamente prevenir a violência contra as mulheres. Este projeto é vanguardista, pois aborda a questão da violência contra a mulher, não a partir da mulher que precisa ser tutelada, mas sim pela perspectiva da mulher que deve ser preparada para não carecer ser tutelada. Se aprovado, no médio e longo prazo, as mulheres poderão efetivamente se defender e impedir que muitos dos crimes que hoje as assolam se concretizem. (PL 643/2019, de J. P.)³⁹

A proposta do PL nº 643/2019 é propiciar às mulheres, significadas, na materialidade discursiva do documento, por um imaginário de universalidade, condições para, desde jovens, enfrentarem situações de violência. O modo apresentado para isso é a aprendizagem das modalidades de luta corporal: judô, karatê, kung fu, krav magá etc., o que indica que somente as violências físicas são levadas em conta pelo projeto de lei, silenciando a possibilidade de as mulheres sofrerem outras violências, como a psicológica, a moral e a patrimonial.

A sequência discursiva (ii), acima, significa as práticas de defesa pessoal como o meio de *melhorar a qualidade de vida das mulheres, elevar sua autoestima e confiança, incrementar sua capacidade física*, bem como um recurso que permite reconhecer uma agressão iminente, resistir a ataques e mesmo *evitar a ocorrência de violências*. Nesse sentido, a proposta das congressistas para a diminuição da violência de gênero é preparar as mulheres para sua auto-defesa, é incumbi-las da tarefa de sua própria segurança, inscrevendo o dizer em uma rede de sentidos tal que produz o enaltecimento da individualidade, de uma suposta autonomia do sujeito, ao mesmo tempo em que isenta o Estado da responsabilidade de tutelar cidadãs e cidadãos: *o que interessa é preparar mulheres para cuidarem de si, sem depender de ninguém, nem mesmo do Estado*.

Esta rede de sentidos que se inscreve no fio do dizer das congressistas de direita, materializando-se nas entrevistas e nos projetos de lei, está filiada a uma região do interdiscurso que atualiza e movimenta o discurso do neoliberalismo, exaltando a individualidade e, nesse viés, uma suposta liberdade individual de agir e um suposto mérito consequente dessa ação.

³⁹ Fonte: SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 643/2019, de 15 de maio de 2019*. Determina que uma das aulas semanais de Educação Física seja destinada ao ensino de alguma modalidade de luta corporal às alunas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019.

Toda a responsabilidade está no sujeito; o Estado e a sociedade estão isentos. Esse é o projeto de governo delineado pelo discurso de mulheres parlamentares de direita: Estado mínimo, que não intervém na proteção e no cuidado de seus cidadãos e cidadãs, e sujeito de direito responsável por si, senhor de si e da sua vontade, senhor do seu destino e das suas circunstâncias. Em resumo, o discurso de mulheres parlamentares de direita produz sentidos de enaltecimento da defesa pessoal, da vontade, da autonomia, enfim, do individualismo – sentidos estes que determinam o próprio modo de ser do sujeito do neoliberalismo e, especificamente, o modo de ser das mulheres na sociedade. Responsáveis por si, elas devem estar preparadas para tudo, pois não há quem as defenda nem quem as assista além delas mesmas. O Estado se retira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU: É POSSÍVEL VISLUMBRAR ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO?)

Minhas análises, ancoradas na Análise de Discurso de filiação materialista, em interface com o pensamento feminista antipcapitalista, tiveram por objetivo dar visibilidade às divisões e ao embate entre os modos de dizer da e sobre mulheres no discurso de mulheres parlamentares de direita, pensando, para tanto, as relações de sentido produzidas a partir de uma posição-sujeito conservadora e neoliberal inscrita no interdiscurso, na memória do dizível. O movimento dos sentidos no dizer das congressistas significa as mulheres de modo dividido, o que se apresenta por um efeito de oposição entre *femininas* e *feministas*. Nessa relação de oposição, comparece, no dizer, a dominância da *feminilidade* e a negação do *feminismo*. É com o par *feminina/feminilidade* que se significam as congressistas de direita.

O dizer constrói a mulher feminina como aquela que valoriza a vida (biológica do feto), a moral (judaico-cristã), o patriotismo e a família (cisheteronormativa); que elogia e é grata aos homens; e que precisa de inspiração para conquistar seu espaço. Além disso, o discurso de mulheres parlamentares de direita significa as mulheres pelo funcionamento de um imaginário de universalidade: elas são definidas a partir de características biológicas (menstruação, gravidez, amamentação) e de uma orientação heterossexual.

Ao compreender as mulheres de modo universal, o discurso produz um apagamento das interseccionalidades, desconsiderando as relações entre gênero, raça e classe para se pensar e propor políticas e programas sociais. Nesse movimento, as mulheres significam a partir de uma rede de sentidos que se filia ao conservadorismo e rememora/comemora os valores do patriarcado, isto é, a concepção das mulheres como *donas de casa*, confinadas aos serviços domésticos, e excluídas do mercado de trabalho e dos cargos da governança pública.

A disputa entre *femininas* e *feministas* dissimula pautas conservadoras no significante *feminilidade* reivindicado pelas congressistas. Desse modo, sua identificação com as *femininas* e o rechaço às *feministas*, embora irrompendo em um ato falho, significam o feminino em função de tais pautas, patriarcais e machistas: lgbtifobia, língua binária, mulher-dona de casa, mulher-mãe etc.

A luta política das mulheres, por sua vez, é reduzida a uma questão de autoajuda, de pró-atividade, de inspiração, o que produz o sentido de que cada mulher, individualmente, é a única responsável pelo seu sucesso, pela sua representatividade social e mesmo pela sua segurança. O discurso neoliberal e meritocrático produz um apagamento do lugar de minoria ocupado pelas parlamentares de direita, isto é, de sua condição de mulher em uma sociedade machista. Por estarem em uma posição social privilegiada – brancas, heterossexuais, de classe média alta – estão protegidas pelas leis de gênero já existentes e, ao não sofrerem opressões de raça e classe, negam a gravidade, ou mesmo a própria existência, do machismo, da misoginia, das desigualdades e violências de gênero. O discurso opressor do neoliberalismo funciona, desse modo, como um escudo para a manutenção das assimetrias sociais.

Então que estratégias de enfrentamento ao discurso da normatividade poderiam ser vislumbradas?

Tanto Davis quanto Federici refletem sobre o sujeito mulher capitalista e os efeitos deletérios deste sistema econômico predatório nas relações de gênero, no que diz respeito à divisão dos papéis sociais e à participação de mulheres na esfera política; bem como sobre modos de questionar e desafiar as opressões femininas – o que não se mostra possível senão pela desarticulação do sistema capitalista monopolista, que sustenta e se beneficia do sexismo.

Davis (2016) nos faz ver ainda que os feminismos e as lutas por igualdade de gênero são indissociáveis da luta antirracista; Federici (2017), por sua vez, nos mostra a impossibilidade de um movimento feminista que não seja anticapitalista; e, a partir de Akotirene (2019), torna-se possível perceber que as necropolíticas engendradas pelos governos são consequência de se conceber as mulheres em um sentido universal, isto é, sem considerar as encruzilhadas interseccionais. Raça, classe e gênero são, portanto, incontornáveis: avaliar a condição das mulheres na sociedade para a elaboração de leis e de políticas públicas implica considerar tais interseções e as nuances das opressões – a experiência social de gênero varia conforme a raça e a classe, o que não pode ser ignorado nas lutas dos movimentos feministas.

É a partir de uma posição-sujeito libertária democrática no interdiscurso que se torna possível instaurar “[...] demandas políticas por reconhecimento e práticas discursivas de resistência” (ZOPPI FONTANA, 2018, p. 66), isto é, a partir de uma posição que interroge os sentidos de *mulher* produzidos pela normatividade, bem como a sua legitimidade na sociedade, produzindo, de um modo tal, deslocamentos, rupturas, sentidos outros. Para isso, são decisivas e fundamentais iniciativas contundentes que defendam a causa político-social das desigualdades de gênero e das violências contra mulheres; ações coletivas em prol da participação de mulheres nos espaços de poder; e também movimentos de resistência que questionem o dizer da normatividade, isto é, o dizer e a ação da governança pública, bem como seus projetos de lei e suas (necro)políticas.

Tal como Modesto (2016), entendo que a resistência se dá no trabalho de *falar sobre*: é na/pela linguagem que se produzem deslocamentos dos sentidos, que se abre espaço para a diferença, para o deslize, para o equívoco; não é, desse modo, produto da intenção do sujeito que, embora exista, não garante a efetivação da resistência. O gesto de resistência se dá, portanto, enquanto “[...] possibilidade de deslocamento construído no próprio seio da dominação [ideológica] e que, por isso, não pode se dar alhures” (MODESTO, 2019, p. 122).

A partir do meu lugar de linguista, inscrita em uma teoria materialista sobre o funcionamento da linguagem, compreendo que é na e pela linguagem que se torna possível a construção de lugares outros para as mulheres. É pelo movimento dos sentidos e pelo questionamento das afirmações produzidas pela normatividade que se torna possível produzir uma ruptura com sentidos estabilizados socialmente, possibilitando a construção de um outro olhar das/para as mulheres na sociedade, um olhar que considere as encruzilhadas interseccionais e a urgência de um projeto de sociedade no qual a luta antirracista, anticapitalista, anti-patriarcal e anti-cisheteronormativa sejam prioritárias.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, C.; ARCOVERDE, L. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. *G1 SP e GloboNews*, São Paulo, 29 de abril de 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2PC1ShG>. Acesso em: 30 jul. 2019.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5a Edição. Campinas: Pontes Editores, 2005. p. 247-259.

BOLSONARO anuncia saída do PSL e criação de novo partido. *G1*, Caderno Política, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRANDALISE, C. “Feministas têm comportamento vexaminoso”, diz Joice Hasselmann. *Universa Uol*, 01 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/11/01/entrevista-joyce-hasselmann-deputada-federal-mais-votada.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRANDALISE, C. Presidente do PSL Mulher: Bolsonaro é um doce, e feminista não diz obrigada. *Universa Uol*, 03 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/06/03/presidente-do-psl-mulher-bolsonaro-e-um-doce-e-feminista-nao-diz-obrigada.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. *Projeto de Resolução do Senado nº 80, de 2019*. Cria o Programa Mulher Senadora no âmbito do Senado Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8002311&ts=1624916642892&disposition=inline>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 11, de 08 de fevereiro de 2019*. Dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica ter o seu pedido de medida protetiva concedido pela autoridade policial. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1706802&filename=PL%2011/2019. Acesso em: 13 jan. 2023.

CORTÊZ, N. Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. *Marie Claire*, 07 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/joyce-hasselmann-deputada-de-extrema-direita-que-se-compara-bolsonaro-e-despreza-o-feminismo.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

CORTÊZ, N. Janaina Paschoal não descarta escrever um novo processo de impeachment. *Marie Claire*, 25 de março de 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/03/janaina-paschoal-nao-descarta-escrever-um-novo-processo-de-impeachment-espero-que-nao-seja-preciso-mas-se-conversa-e-outra.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

COSTA, R. Reatar com presidente ou se livrar dos bolsonaristas? PSL vive dilema após fracasso eleitoral. *Gazeta do Povo*. Brasília, 23 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/psl-futuro-bolsonaristas-eleicoes/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

COVAS e Boulos disputam 2º turno em São Paulo. *GI*, São Paulo, 15 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/15/covas-e-boulos-disputam-2o-turno-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2021.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELIAS DE OLIVEIRA, S. Sobre o funcionamento do político na linguagem. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*: Campinas, n. 34, p. 41-53, jan-jun, 2014.

ENTENDA o racha entre Jair Bolsonaro e o PSL. *GI*, Caderno Política, 18 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/18/entenda-o-racha-entre-jair-bolsonaro-e-o-psl.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2021.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes Editores, 1987.

JANAÍNA Paschoal é a deputada mais votada na história do país. *GI*, São Paulo, 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/janaina-paschoal-e-a-deputada-mais-votada-da-historia-de-sp.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

LAGAZZI, S. O recorte significativo na memória. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. *Fórum Linguístico*: Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 1083-1093, 2016.

MODESTO, R. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. In: ADORNO, G. et al. (org.). *O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi*. v. 2. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 111-134.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar?. *Linguística: questões e controvérsias*, Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores, 1996.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum linguístico*: Florianópolis, n. 1, jul.-dez., p. 73-81, 1998.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. A noção de materialidade. *Vídeos Labeurb*. Disponível em: www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab. Acesso em: dez. 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5a Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 59-158.

PIRES, S. Eleita com mais de 1 milhão de votos há dois anos, Joice Hasselmann faz menos de 100 mil em 2020. *GZH*, Porto Alegre, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/11/eleita-com-mais-de-1-milhao-de-votos-ha-dois-anos-joyce-hasselmann-faz-menos-de-100-mil-em-2020-ckhluq4a80000016gzk5uubb8.html>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 435/2019, de 10 de abril de 2019*. Garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000262934>. Acesso em: 9 out. 2020.

SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 643/2019, de 15 de maio de 2019*. Determina que uma das aulas semanais de Educação Física seja destinada ao ensino de alguma modalidade de luta corporal às alunas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000268289>. Acesso em: 9 out. 2020.

SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 912/2019, de 15 de agosto de 2019*. Garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos à mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Estado. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000278001>. Acesso em: 9 out. 2020.

SOUTO, L. “Estou chocada com o presidente”, diz Janaina Paschoal sobre Bolsonaro. *Universa Uol*, 25 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/25/janaina-sobre-eduardo-bolsonaro-embaixador-chocada-com-o-presidente.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

TRINDADE, H. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, B. (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Tomo III. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1981. p. 297-335.

VEJA os 20 candidatos a deputado federal mais votados em SP. *GI*, São Paulo, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/veja-os-20-candidatos-a-deputado-federal-mais-votados-em-sp.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

ZIZEK, S. *O amor impiedoso* (ou: Sobre a crença). Trad. Lucas Mello Carvalho Ribeiro. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ZOPPI FONTANA, M.G. Ponto de vista: o ponto cego das teorias a polifonia. *Estudos da Língua(gem)*: Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 249-283, 2015.

ZOPPI FONTANA, M.G. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Revista Conexão Letras*, [S. l.], v. 12, n. 18, p. 63-71, 2018.



Recebido em 27/06/2021. Aceito em 02/09/2021.